

2021. “A nova paisagem rural portuguesa e o trabalho na agricultura superintensiva”, capítulo do livro Margarida Seixas e Cristina Rodrigues (orgs.), *Da Escravidão ao Trabalho Digno: Nos 150 anos da abolição da escravidão em Portugal e nos 100 anos da criação da OIT*, Cadernos Sociedade e Trabalho, XXI, Lisboa, Edições GEP, pp. 289-302.

**Título:** A nova paisagem rural portuguesa e o trabalho na agricultura superintensiva

**Autora:** Maria Antónia Pires de Almeida, investigadora do CIES, ISCTE-IUL.

**Resumo:**

O mundo rural português teve uma evolução dramática desde a década de 1960, quando os jovens abandonaram as suas terras de origem à procura de uma vida melhor no estrangeiro ou nos arredores de Lisboa. Outros também o fizeram em consequência da Guerra Colonial. O despovoamento é agora irreversível em 80% da área do território português, onde vive menos de 20% da população, na sua maioria envelhecida e com enormes carências ao nível dos serviços básicos, desde a saúde, à segurança e às comunicações.

Recentemente uma nova tendência invadiu a paisagem: associada ao uso da água de albufeiras construídas ainda no Estado Novo, como o Maranhão, Montargil e Santa Clara, e mais tarde o Alqueva, está a verificar-se a expansão da monocultura superintensiva de frutos vermelhos e olival. Este novo tipo de agricultura repete erros do passado, como as Campanhas do Trigo dos anos 1930, e coloca Portugal ao nível dos países dependentes da exportação de matérias-primas em especial para a China, como o Brasil e o Paraguai. As terras agrícolas estão agora na sua maioria na posse ou sob arrendamento de empresas estrangeiras que abusam dos recursos de água e usam químicos não testados, o que causa erosão genética e o fim da biodiversidade, e perigos ambientais graves, sobretudo em períodos de seca extrema. Além de destruírem o património florestal preexistente, com o arranque não autorizado de azinheiras, sobreiros e oliveiras centenárias.

Contudo, mais grave é o facto de estas empresas não trazerem quaisquer benefícios às populações locais, porque não geram empregos permanentes, mas apenas sazonais, com o uso de trabalhadores migrantes, estrangeiros e ilegais, a viverem em condições desumanas, em contentores, e com salários não aceitáveis num país que fez uma revolução e uma reforma agrária para, entre outros motivos, criar direitos iguais para todos os trabalhadores.

Baseado em observação direta e testemunhos recolhidos em várias fontes, esta comunicação pretende denunciar situações de trabalho indigno, que não se conjugam com a visão idílica das paisagem rurais, agora adulteradas por estufas e olivais a perder de vista, onde trabalham seres humanos a quem não são concedidas condições de integração na sociedade que se pretendeu construir no regime democrático português.

**Palavras-chave:** despovoamento, imigrantes, trabalho, paisagem, territórios, história

**Title:** The new Portuguese rural landscape and labour in super intensive agriculture

**Abstract:**

The Portuguese rural world has evolved dramatically since the 1960s, when young people left their homelands in search of a better life abroad or around Lisbon. Others also did so as a result of the Colonial War. Depopulation is now irreversible in 80 per cent of the Portuguese territory, where less than 20 per cent of the population lives, most of them aged and with great deficiencies in terms of basic services, such as health, security and communications.

Recently, a new trend has invaded the landscape: associated with the use of water from reservoirs built in the Estado Novo, Maranhão, Montargil and Santa Clara, and later Alqueva, there is an expansion of the superintensive monoculture of red fruits and olive grove. This new type of agriculture repeats mistakes from the past, namely the Wheat Campaigns of the 1930s, and places Portugal at the level of countries dependent on the export of raw materials, especially to China, such as Brazil and Paraguay. Most agricultural land is now owned or leased by foreign companies that abuse water resources and use untested chemicals, which causes genetic erosion and the end of biodiversity, and serious environmental hazards, especially in periods of extreme drought. In addition to destroying the pre-existing forest heritage, with the unauthorized grubbing up of centuries-old holm oaks, cork oaks and olive trees.

However, more serious is the fact that these companies do not bring any benefits to the local populations, because they do not generate permanent jobs, but only seasonal ones, with the use of migrant workers, mostly foreigners in illegal circumstances, living in inhuman conditions, in containers, and with unacceptable wages in a country that has undergone a revolution and land reform to, among other reasons, create equal rights for all workers.

Based on direct observation and testimonies collected from various sources, this communication intends to denounce situations of unworthy work, which do not combine with the idyllic view of rural landscapes, now adulterated by greenhouses and olive groves as far as the eye can see, where human beings work, but for whom conditions for integration into the society aren't provided, in a society who was supposed to have installed a democratic regime.

**Key words:** depopulation, immigrants, labour, landscape, territory, history

## **Introdução**

A paisagem portuguesa tem sido construída pelo homem ao longo dos séculos. Desde as antas, menires e cromeleques que ainda se encontram espalhados pelos campos, passando pelas pontes romanas e os socalcos e muros da Serra da Estrela e do Vale do Douro, várias camadas de presença humana têm sido sobrepostas, tornando raras, senão inexistentes, as paisagens naturais, intocadas pela mão humana. Especialmente desde que as políticas públicas protecionistas do final do século XIX e do Estado Novo acabaram de vez com o que fora descrito para o século XV como um “vasto matagal entressachado, afora algumas cidades e vilas, de pequenas povoações circundadas de breves arroteias”<sup>1</sup>. O Alentejo em particular era uma “coutada para porcos montezes”<sup>2</sup>, ou um reino dos pastores e dos porqueiros, que viviam das bolotas e da lenha, com alguns carvoeiros, em estado de verdadeira barbárie<sup>3</sup>.

A agricultura em Portugal caracteriza-se por uma grande variedade regional que gerou situações diversas no mundo rural. Por questões geográficas e históricas, a região sul sempre registou o predomínio do latifúndio. Ao longo dos séculos, o montado alentejano foi o ecossistema de eleição e o mais adequado para as características da região. Contudo, em momentos específicos de necessidade de autossuficiência alimentar, as suas terras foram usadas para culturas intensivas, que requeriam grandes concentrações de mão de obra sazonal. Verificou-se essa necessidade no século XVI e especialmente no XVIII, obrigando a aumentar as áreas de produção de arroz e a

---

<sup>1</sup> António Costa Lobo, *História da sociedade em Portugal no século XV*, 1ª ed. de 1903, Lisboa, Ed. Rolim, 1984.

<sup>2</sup> A. H. Oliveira Marques, *Introdução à História da Agricultura em Portugal. A questão cerealífera durante a Idade Média*, Lisboa, Edições Cosmos, 1968.

<sup>3</sup> Léon Poinard, *Le Portugal Inconnu. Paysans, Marins et Mineurs*, Paris, Bureaux de la Science Sociale, 1910.

importar mão de obra que não existia em número suficiente. Foi esse um dos maiores argumentos para o uso de escravos em Portugal Continental, particularmente na região do Sado<sup>4</sup>.

As questões da paisagem portuguesa estão ligadas às questões mais vastas do abastecimento alimentar do país, cronicamente deficiente, e da falta de mão de obra agrícola, especialmente no Alentejo, assim como à necessidade de povoar o território para defesa militar e para assegurar a independência nacional, as quais preocuparam os mais importantes teóricos e políticos ao longo dos séculos e deram origem a políticas públicas e processos legislativos destinados a fixar as populações no meio rural e a aumentar a produção. Ao longo do século XX destacaram-se dois momentos de políticas públicas destinadas ao aumento da produção agrícola e à manutenção das populações nos meios rurais: as Campanhas do Trigo desde o final da década de 20 e a Reforma Agrária de 1975<sup>5</sup>, ambos herdeiros das teorias fisiocráticas e mercantilistas do século XVIII<sup>6</sup>.

Apesar destas políticas, o despovoamento rural tomou conta da paisagem do interior de Portugal, fruto de um movimento demográfico em direção às cidades do litoral e ao estrangeiro iniciado com maior intensidade na década de 60 do século XX, que deu origem a fenómenos com consequências graves para a população que ainda resiste a viver longe dos grandes centros. Esgotados os argumentos da defesa militar do país e da autossuficiência, especialmente com a adesão ao Mercado Único em 1986, o contexto da globalização e da Revolução Verde introduziu um novo tipo de agricultura em Portugal baseada na concentração fundiária em muito maior escala que o tradicional latifúndio, onde se aplica a monocultura intensiva ou superintensiva, especialmente de olival e frutos vermelhos, com utilização excessiva de mecanização e químicos, baseada em mão de obra precária, sazonal e, na maior parte dos casos, estrangeira com situação irregular no país, e que esgota a água de barragens que durante décadas alimentaram regadios perfeitamente sustentáveis.

---

<sup>4</sup> Maria Antónia Almeida, “Escravo”, in Conceição Andrade Martins e Nuno Gonçalo Monteiro (orgs.), *A Agricultura: Dicionário das Ocupações*, Nuno L. Madureira (coord.), *História do Trabalho e das Ocupações*, vol. III, Oeiras, Celta Editora, 2002, pp. 180-186. Isabel Castro Henriques, *Os «Pretos do Sado». História e Memória de uma Comunidade Alentejana de Origem Africana (Séculos XV-XX)*, Lisboa, Colibri, 2020.

<sup>5</sup> Maria Antónia Almeida, *A Revolução no Alentejo. Memória e Trauma da Reforma Agrária em Avis*, Lisboa, ICS, 2006. Maria Antónia Almeida, “Memory and trauma of the Portuguese Agrarian Reform: a case study”, *Portuguese Journal of Social Science*, 6 (2), 2007, pp. 63-76.

<sup>6</sup> Maria Antónia Almeida, “A Questão Agrária na História de Portugal”, *Mátria XXI*, 5, 2016, pp. 255-284.

Em simultâneo, a deficiente gestão da floresta e o flagelo dos incêndios colocam em perigo a sobrevivência das populações que ainda resistem a viver nos meios rurais. Temos assim uma contradição entre o que é anunciado e vendido pelo poder local e pelos agentes turísticos como um país de paisagens, ambiente, património e gastronomia de grande qualidade e atração<sup>7</sup>, onde os “novos rurais” querem viver, e uma realidade de estufas, plásticos, matas queimadas, ervas por cortar à beira das estradas e, no Alentejo, um montado tradicional substituído por quilómetros sem fim de olival em forma de arbusto, regados com químicos que poluem o ambiente e contaminam o ar e a água. Enfim, numa época marcada pela forte mediatização do ambiente e dos seus problemas, há uma total incompatibilidade entre a monocultura superintensiva e os fogos florestais, e o património cultural e natural que é valorizado como recurso mercantil<sup>8</sup>.

Atualmente, com anos de seca repetidos, a gestão da água tornou-se um dos principais problemas do planeta, e as questões ambientais e da qualidade de vida das populações deveriam estar na linha da frente das preocupações políticas. Infelizmente tal não se verifica, pois a baixa densidade populacional torna estas regiões pouco relevantes devido à sua insignificância em termos eleitorais. Temos assim um dilema de sustentabilidade social e ambiental que urge debater e trazer à atenção de um público até agora pouco interessado nestas questões.

Contudo, mais grave é o facto de, repetindo erros do passado, esta tipo de agricultura não trazer quaisquer benefícios às populações locais, porque não gera empregos permanentes, mas apenas sazonais, com o uso de trabalhadores migrantes, estrangeiros e ilegais, a viverem em condições desumanas, em contentores, e com condições salariais não aceitáveis num país que fez uma revolução e uma reforma agrária para, entre outros motivos, criar direitos iguais para todos os trabalhadores.

### **Política agrícola do Estado Novo**

As Campanhas do Trigo lançaram “uma política de apoio a este cereal cujas grandes linhas se mantiveram praticamente constantes até 1965 e cujas bases eram:

---

<sup>7</sup> Maria Antónia Almeida, “Territorial inequalities: depopulation and local development policies in the Portuguese rural world”, *AGER: Revista de Estudios sobre Despoblación y Desarrollo Rural*, 22, 2017, pp. 61-87.

<sup>8</sup> Paulo Guimarães, “‘Através da Natureza Campestre e Mansa’: Agrarismo e Lutas pela Justiça Ambiental em Portugal (Séculos XIX E XX)”, in Ana Cristina Roque *et al* (coords.), *Alterações Ambientais em Perspetiva Histórica*, Porto, CITCEM, 2018, pp. 11-31.

apoio creditício para semear trigo e escoamento assegurado deste a um preço fixo”<sup>9</sup>. O principal foco foi a tecnologia: máquinas e adubos. Tratores e debulhadoras foram postos à disposição dos lavradores, o que deu grande impulso à indústria metalomecânica, assim como se verificou um forte empenho de Alfredo da Silva da CUF como impulsionador desta campanha para colocação dos seus adubos químicos<sup>10</sup>. Apesar do esforço nacional a questão do desemprego não ficou resolvida, pelo contrário. Devido à falta de mão de obra local para as campanhas da ceifa nas terras do Alentejo, verificaram-se migrações sazonais de “Ratinhos”, ou trabalhadores das Beiras, para esses trabalhos, os quais eram alojados nas condições mais degradantes<sup>11</sup>. Outra consequência social nesta primeira fase: os salários baixaram para metade<sup>12</sup>. No que diz respeito ao ambiente, a erosão dos solos alentejanos foi uma consequência, pois o uso de adubos químicos esgotou os nutrientes naturais do solo. Outra consequência igualmente grave foi a erosão genética: em 1920 havia 30 variedades de trigo em Portugal; em 1970 já só havia três muito produtivas e resistentes, mas as restantes perderam-se para sempre. As condições pouco favoráveis para a produção deste cereal e o esgotamento dos solos tiveram como resultado quebras de produtividade e a falência do modelo, o que levou o Governo a repensar a política agrícola e a redirecionar os apoios para o repovoamento florestal<sup>13</sup>. Atualmente Portugal importa 80% do trigo que consome, por isso o pão e os produtos tradicionais em geral são feitos com matérias-primas importadas e de tradicional não têm nada.

Para além do trigo, a política agrícola do Estado Novo assentou na colonização interna, na hidráulica agrícola e na reflorestação. Em 1938 foi iniciado um Plano de Povoamento Florestal, também com o objetivo de levar benefícios económicos e

---

<sup>9</sup> Fernando Oliveira Baptista, “Política Agrária”, in Fernando Rosas e J. M. B. Brito (Eds.). *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. II, Venda Nova, Bertrand Editora, 1996, pp. 749-754.

<sup>10</sup> José Machado Pais, “Campanha do Trigo”, in António Barreto e Maria Filomena Mónica (Eds.), *Dicionário de História de Portugal – Suplemento A/E*, vol. VII, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, pp. 227-229. Manuel Villaverde Cabral, *Materiais para a História da Questão Agrária em Portugal, sécs. XIX e XX*, Porto, Editorial Inova, 1974.

<sup>11</sup> Maria Antónia Almeida, “Ratinho”, in Conceição Andrade Martins e Nuno Gonçalo Monteiro (orgs.), *A Agricultura: Dicionário das Ocupações*, Nuno L. Madureira (coord.), *História do Trabalho e das Ocupações*, vol. III, Oeiras, Celta Editora, 2002, pp. 247-252.

<sup>12</sup> Manuel Villaverde Cabral *et al*, “Elementos para a história do fascismo nos campos: A ‘Campanha do Trigo’: 1928-38” (I), *Análise Social*, XII (46), 1976, pp. 400-474. Manuel Villaverde Cabral *et al*, (1978). “Elementos para a história do fascismo nos campos: A ‘Campanha do Trigo’: 1928-38” (II). *Análise Social*, XIV (54), pp. 321-389.

<sup>13</sup> Fernando Oliveira Baptista, *A Política Agrária do Estado Novo*, Porto, Edições Afrontamento, 1993.

contribuir para a fixação das populações nos territórios rurais<sup>14</sup>. A sua área geográfica incidia sobre os baldios ao norte do Tejo e contemplava espécies que se adaptassem melhor ao solo e ao clima e contribuíssem para a substituição das importações, nomeadamente para o fomento da indústria da celulose: o pinheiro marítimo e mais tarde, na década de 60, o eucalipto, que foram plantados em dunas e serras com os objetivos de fixar os areais junto às praias e evitar os deslizamentos de terras, respetivamente.

No que diz respeito à hidráulica agrícola, o Estado Novo desenvolveu projetos de construção de albufeiras para irrigação e para fornecimento de energia elétrica com o objetivo de realizar a “reconversão agrícola” e a “industrialização da província” do Alentejo<sup>15</sup>. Entre os projetos mais arrojados destacam-se as Barragens do Maranhão e de Montargil, inauguradas em 1958, e de Santa Clara, esta última inaugurada em 1973. Estas obras em meio rural estimularam a industrialização (fábricas de transformação de produtos agrícolas proliferaram nestas zonas, como o tomate, o leite e outras), assim como atraíram muitos trabalhadores rurais para os setores da construção e da indústria, onde encontraram melhores salários e condições de trabalho. Verificamos assim uma conjugação de fatores que contribuíram para o forte êxodo rural que se verificou na década de 60 em Portugal e nos outros países do sul da Europa, onde o despovoamento rural se tornou um problema dramático<sup>16</sup>, e que se traduziu em emigração para os países do norte da Europa em reconstrução após a Segunda Guerra Mundial, mas também para as cinturas industriais de Lisboa e do Porto, complementado pela saída para a Guerra Colonial, que levaram a uma clara diminuição de mão de obra nas regiões de grande propriedade.

### **Despovoamento rural**

As causas para o êxodo rural foram diferentes no norte e no sul de Portugal, destacando-se no norte a pressão demográfica e no sul o aumento da insatisfação e das expectativas de uma vida melhor em trabalhos mais estáveis, sem a sazonalidade e a

---

<sup>14</sup> Leonel Ribeiro Nunes, Catarina Rodrigues Meireles, Carlos Pinto Gomes e Nuno Almeida Ribeiro, “Socioeconomic Aspects of the Forests in Portugal: Recent Evolution and Perspectives of Sustainability of the Resource”, *Forests*, 10 (5), 2019, p. 361.

<sup>15</sup> Carlos Portas, “O Alentejo: situação e perspectivas sócio-económicas”, *Análise Social*, V (18), 1967, pp. 185-206.

<sup>16</sup> Carmen Delgado Viñas, “Depopulation processes in European rural areas: a case study of Cantabria (Spain)”, *European Countryside*, 11 (3), 2019, pp. 341-369.

insegurança dos trabalhos agrícolas, e com melhores salários<sup>17</sup>. Em comum salienta-se uma sociedade rural sujeita a grandes desigualdades, da qual se pretende escapar e proporcionar às famílias um maior acesso a educação e oportunidades de trabalho, saúde e empregos com melhor remuneração numa sociedade com a indústria e os serviços em crescimento.

O panorama demográfico do território português caracteriza-se por diferenças acentuadas entre os espaços urbanos do litoral e os rurais do interior. Não é nada de novo, mas tem-se acentuado nas últimas décadas. Analisando os censos de 1960 até 2011, Portugal aumentou a sua população em 18,8%. Lisboa perdeu 31,7% da sua população e o Porto 21,7%, enquanto os seus concelhos limítrofes, as suas atuais áreas metropolitanas, cresceram consideravelmente, assim como outras cidades industriais como Braga e a Marinha Grande. Nestes 50 anos 106 concelhos (34,4%) cresceram, todos junto ao litoral do país, entre os quais 30 aumentaram a sua população em mais de 80%.

Por outro lado, 202 concelhos perderam população, 53 dos quais perderam mais de 50%. Por exemplo Mértola, no centro do Alentejo, perdeu 72% da sua população. Destes 53 maiores perdedores, quatro situam-se nas ilhas dos Açores e dois na Madeira. Todos os outros encontram-se nas regiões do interior de Portugal, longe do litoral e já tinham uma baixa densidade demográfica em 1960.

Nestes anos o país envelheceu significativamente: “A rarefação da população juvenil é um fenómeno que atinge praticamente todo o país, embora com intensidades diferentes. O Norte e Centro Interior e o Alentejo são as áreas onde se concentram os municípios com um envelhecimento populacional mais acentuado”<sup>18</sup>. Como exemplos significativos da falta de população jovem e da situação preocupante que tende a gravar-se, podemos mostrar que no concelho de Avis (distrito de Portalegre) em 2011 nasceram apenas 20 crianças e houve 80 óbitos; em 2018 houve 21 nascimentos e 70 óbitos<sup>19</sup>. No Alentejo, por cada 100 jovens há uma média de 186,5 idosos. Em Avis esta média é de 300 e em Nisa é de 379.

A tendência para o despovoamento não se limitou à emigração da década de 60. Entre 2001 e 2011, 67 municípios das mesmas regiões do interior perderam mais de

---

<sup>17</sup> Maria Antónia Almeida, *Memórias Alentejanas do Século XX*, Cascais, Princípia, 2010.

<sup>18</sup> Maria Manuel Vieira, Vítor Sérgio Ferreira e Filipa Pinho, “Jovens: Dinâmicas demográficas e participativas”, in João Ferrão e Ana Delicado (coords.), *Portugal Social em Mudança: Retratos Municipais*, Lisboa, ICS, 2017, pp. 43-53.

<sup>19</sup> Sobre os nascimentos e óbitos por concelho, ver Pordata: <https://www.pordata.pt/Municipios>.



10% da sua população. A atualização dos dados revelada pela Pordata em junho de 2019 para o período de 2007 a 2018 mostra a intensificação das características descritas: uma população a diminuir, “sobretudo entre os mais jovens, mas também entre a população em idade ativa”, cada vez mais envelhecida, que casa menos e tem menos filhos<sup>20</sup>.

A tomada de consciência destas realidades por parte do Governo levou em 2015 à classificação de 164 municípios como territórios com necessidades especiais devido à sua baixa densidade populacional, o que lhes permitiria acessos privilegiados a fundos estruturais da União Europeia até 2020. No ano seguinte o novo Governo aprovou em Conselho de Ministros um Programa Nacional para a Coesão Territorial, no qual foram definidos 165 municípios do “interior” e foram apresentadas 164 medidas com os objetivos de tornar o território do interior mais coeso, competitivo, sustentável, conectado e colaborativo<sup>21</sup>.

Os municípios definidos pelo programa do Governo ocupam 81,4% do território português. Neles vivia 35,2% da população portuguesa em 1960. Em 2011 vivia já só 19,7%. No período estudado, os 165 concelhos classificados em 2016 como território de interior (53,6% dos municípios portugueses) perderam mais de um milhão de habitantes para o estrangeiro e para os concelhos urbanos e litorais, o que corresponde a uma perda de 33,4% ou um terço da sua população. Ao mesmo tempo, os concelhos urbanos ou do litoral aumentaram a sua população em 47,2%. Com estes valores é fácil verificar o agravamento da secular concentração populacional no litoral e grandes cidades e o despovoamento do interior.

### **As novas paisagens rurais em Portugal e os riscos para a sustentabilidade ambiental e social**

Com a entrada de Portugal na CEE (atual União Europeia), a agricultura portuguesa foi inserida na PAC – Política Agrícola Comum, o que afastou ainda mais mão de obra da agricultura. A introdução de subsídios para a especialização da agricultura e para o *set aside* veio alterar definitivamente o paradigma rural português. Mais recentemente assistiu-se a uma maior concentração das explorações e ao aumento

---

<sup>20</sup> Ana Mafalda Inácio, “Somos menos e estamos mais velhos, casamos pouco e continuamos pobres”, *Diário de Notícias*, 11/07/2019.

<sup>21</sup> Maria Antónia Almeida, “Fighting depopulation in Portugal: local and central government policies in times of crisis”, *Portuguese Journal of Social Science*, 17 (3), 2018, pp. 289-309.

da monocultura intensiva, atribuíram-se fundos para turismo rural e cresceu o abandono das pequenas propriedades. Todo este fenómeno se insere num padrão de industrialização da agricultura como parte do sistema global ligado à Revolução Verde que incentivou a concentração da propriedade, com grandes investimentos e dependente do trabalho sazonal. Desde a crise de 2007-2008, verificou-se a nível mundial uma corrente de apropriação de terras (*land grabbing*) por companhias internacionais que dominam o setor agroalimentar e com grande incidência sobre os recursos hídricos (*water grabbing*), tal como os grandes grupos económicos que controlam os agroquímicos, bebidas, tabaco e o setor da distribuição (por exemplo a *Amazon*, que faz “predatory pricing” e impede a competição de mercado<sup>22</sup>) e outras grandes corporações que controlam os mercados das finanças, petróleo, indústria farmacêutica e tecnologias. Com a diminuição da concorrência os consumidores têm menor escolha e os agricultores também. E o domínio corporativo dos sistemas agrícolas tem implicações para a justiça e para a sustentabilidade, pois estas grandes corporações dominam não só a produção, como o comércio internacional dos alimentos e dos produtos agrícolas e têm um papel dominante no processamento, distribuição e retalho dos mesmos. São também influentes a nível dos governos e da própria democracia<sup>23</sup>.

Em Portugal a contração do setor da distribuição arruinou o comércio local e a vida dos bairros. Assim como a concentração fundiária está a reproduzir o modelo já há muito aplicado no Brasil e no Paraguai para a produção de soja<sup>24</sup> ou Moçambique<sup>25</sup>, onde a maior parte das terras passou a estar sob a propriedade ou arrendamento de corporações estrangeiras. Se, por um lado, empresas e governos nacionais têm defendido o aumento do investimento privado como panaceia para aumentar o emprego, desenvolver a economia dos seus países e melhorar a segurança alimentar, na realidade há enormes impactos negativos sobre os modos de vida das comunidades locais, bem como sobre a soberania e segurança alimentares.

A consequência direta foi o despovoamento praticamente definitivo dos campos e o que atualmente se chama a desagrarização do rural, onde as populações já não são

---

<sup>22</sup> Lina M. Khan, “Amazon's Antitrust Paradox”, *The Yale Law Journal*, 126 (3), 2016, pp. 710-805.

<sup>23</sup> Jennifer Clapp e Doris Fuchs, “Agrifood Corporations, Global Governance, and Sustainability: A Framework for Analysis”, in Jennifer Clapp e Doris Fuchs (eds.), *Corporate Power in Global Agrifood Governance*, Cambridge, Massachusetts and London, England, MIT Press, 2009, pp. 4-25.

<sup>24</sup> Lorena Izá Pereira, “Tudo para o capital transnacional: a apropriação de terras por estrangeiros no Paraguai”, *Geografia em Questão*, 9 (2), 2016, pp. 107-125.

<sup>25</sup> Carla Maria Gomes, *A justice approach to the African 'land rush': Investigating the social dynamics around agricultural investments in Mozambique*, Tese de doutoramento, University of East Anglia, 2017.

agrárias, nem têm na agricultura a sua atividade principal. Com uma população envelhecida, as atividades no mundo rural português concentram-se na prestação de serviços e em muitos concelhos rurais a câmara é o maior empregador. O rural passou a ser um lugar de preservação de valores tradicionais e culturais e de recursos naturais que devem ser conservados e preservados<sup>26</sup>. E a paisagem agrária foi transformada em espaços de lazer, de caça, de turismo e de conservação da natureza, além de lhe ser atribuído um papel pedagógico para o público juvenil<sup>27</sup>, onde as pessoas se deslocam para consumir o ar despoluído, as tradições e o património. Em resumo, a função utilitária do meio rural como fornecedor de matérias-primas e alimentos foi substituída por local de diversão para as populações urbanas experimentarem estilos de vida alternativos.

Num mundo rural português “depois da agricultura”, encontram-se três tipos de agricultura, as duas primeiras maioritariamente geridas já não por agricultores, mas por empresários agrícolas com equipas de eficientes técnicos agrários, que por vezes nem residem no mesmo concelho da exploração. Na primeira vertente encontra-se uma agricultura altamente competitiva, especializada em frutos, vinho e azeite, que tem um papel fundamental nas exportações, mas produz escasso impacto nas comunidades locais, pois emprega muito pouca mão de obra permanente e usa maioritariamente trabalho sazonal; na segunda uma agricultura baseada na criação de gado, milho e trigo, altamente mecanizada e utilizando baixo uso de mão de obra, totalmente dependente dos subsídios europeus. A terceira categoria é uma agricultura social, com hortas urbanas e pequenas propriedades, que funcionam como complemento a baixas reformas e situações de desemprego<sup>28</sup>. Esta sim tem algum impacto na vida comunitária e nas relações sociais, mas não tem capacidade para sustentar uma família.

Está aqui descrita uma incompatibilidade entre os residentes no meio rural e a agricultura que se pratica. Com uma mão de obra inexistente ou com pouca apetência

---

<sup>26</sup> Maria João Carneiro, Diogo Soares da Silva, V. Brandão e Elisabete Figueiredo, “Da Regulamentação à Promoção – o rural nos planos nacionais de turismo (1985-2011)”, *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 53 (1), 2015, pp. 9-22. Diogo Soares da Silva, Elisabete Figueiredo, Celeste Eusébio e Maria João Carneiro, “The countryside is worth a thousand words: Portuguese representations on rural areas”, *Journal of Rural Studies*, 44, 2016, pp. 77-88.

<sup>27</sup> Celeste Eusébio *et al*, “Who is consuming the countryside? An activity-based segmentation analysis of the domestic rural tourism market in Portugal”, *Journal of Hospitality and Tourism Management*, 31, 2017, pp. 197-210.

<sup>28</sup> Fernando Oliveira Baptista, “O rural depois da agricultura”, in M. L. Fonseca (ed.). *Desenvolvimento e território: espaços rurais pós-agrícolas e novos lugares de turismo e lazer*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade, 2006, pp. 85-105.

para trabalhos sazonais, especialmente numa região envelhecida, a solução encontrada pelos empresários da monocultura intensiva praticada atualmente no Alentejo nas zonas de regadio é a contratação de trabalhadores imigrantes, copiando o modelo da Califórnia, também aplicado noutros países do Mediterrâneo<sup>29</sup>, especialmente no sul de Espanha, com trabalhadores africanos<sup>30</sup>. O modelo também existe no norte da Europa, onde, por exemplo na Irlanda, este novo cosmopolitanismo em zonas rurais pouco habituadas a brasileiros ou a 42 nacionalidades diferentes é marcado pela precariedade<sup>31</sup>. Para alguns autores, este modelo está a dar os melhores resultados económicos e as empresas podem ser consideradas de sucesso<sup>32</sup>, mas a nível de condições de trabalho e de progresso social não é essa a realidade atual. Tal como no passado, especialmente em estruturas coloniais para exportação, também no Alentejo a monocultura intensiva e os trabalhos sazonais estão a avolumar “máquinas de escravização e racialização”<sup>33</sup>, já que, segundo a Organização Internacional do Trabalho, pode chamar-se trabalho forçado quando o trabalhador se vê confrontado com: recrutamento forçado, vida e trabalho em condições duras e impossibilidade de deixar o empregador. Há situações destas em Portugal, não diretamente causadas pelos produtores agrícolas, mas pelos engajadores ou empresas de colocação de trabalhadores. As autoridades portuguesas e as inspeções de Trabalho têm grande dificuldade em agir, uma vez que as empresas existem, mas desaparecem rapidamente.

No sul de Portugal os trabalhadores sazonais são maioritariamente ilegais e a viverem em condições de grande vulnerabilidade, especialmente pela dependência que têm em relação às empresas de trabalho temporário que os trazem dos seus países para Portugal. Esta situação não dignifica um país com uma legislação laboral que foi o resultado de quatro décadas de regime democrático e do trabalho legislativo de sucessivos governos que contribuíram para os direitos dos trabalhadores.

---

<sup>29</sup> Alessandra Corrado, Carlos de Castro e Domenico Perrotta (eds.), *Migration and Agriculture. Mobility and change in the Mediterranean area*, London and New York, Routledge, 2016.

<sup>30</sup> Jörg Gertel e Sarah Ruth Sippel (eds.), *Seasonal Workers in Mediterranean Agriculture: The Social Costs of Eating Fresh*, London, Routledge, 2014. Keith Hoggart e Cristóbal Mendoza, “African immigrant workers in Spanish agriculture”, *Sociologia Ruralis*, 39 (4), 1999, pp. 538-562.

<sup>31</sup> Michael Woods, “Precarious rural cosmopolitanism: Negotiating globalization, migration and diversity in Irish small towns”, *Journal of Rural Studies*, 64, 2018, pp. 164-176.

<sup>32</sup> Carlos Borralho, Clara Pires e Maria Basílio, *Casos empresariais de sucesso no Baixo Alentejo e no Alentejo Litoral*, Lisboa, Chiado Editora, 2016.

<sup>33</sup> Cristiana Bastos, “Açúcar, ananases e ilhéus portugueses no Hawaii: dinâmicas de migração, etnicidade e racialização no terreno e no arquivo”, *Etnográfica*, 23 (3), 2019, pp. 777-798.

As reações locais têm variado. Enquanto em Espanha o problema tem tido pouca resposta dos poderes locais, propondo-se maior cooperação entre os diferentes níveis de governo e os atores sociais públicos e privados<sup>34</sup>, em Portugal algumas câmaras estão a tentar resolver os problemas levantados pela nova situação dos imigrantes. O despovoamento rural também é tema de debate em Espanha, onde o problema da “Espanha Vazia”<sup>35</sup>, assim como a descapitalização humana e a falta de juventude nas cidades e nos campos, tem ocupado investigadores e tem sido objeto de estudos e debates.

Estas pessoas originárias da Índia, do Nepal, Paquistão, Bangladesh, Brasil e Europa de Leste encontram-se em grandes números no concelho de Odemira e também na região do Alqueva<sup>36</sup> e nos novos olivais intensivos junto das Barragens do Maranhão e Montargil. Este é um problema estrutural do modelo de agricultura que está a ser aplicado e que implica sazonalidade.

Odemira é um dos municípios mais afetados por esta situação que alterou “toda a geografia humana e social do concelho” e provocou um “choque cultural”: 19% da população do concelho são imigrantes legalizados, de 68 nacionalidades diferentes, mas em épocas de colheitas aumenta exponencialmente<sup>37</sup>. Não há dúvida que a imigração sazonal supera as estatísticas oficiais. Segundo o INE, em Portugal a população estrangeira em 2017 era de 24.469, 3,4% do total dos residentes. No Alentejo, a variação da população estrangeira entre 2008 e 2014 foi de 59,2%, enquanto no país foi de -10,2%. A maior variação verificou-se no Alentejo litoral. Começaram a chegar ao Alentejo cerca do ano 2000 vindos do Brasil, Roménia, Bulgária e PALOP para trabalhar na construção civil, limpezas e serviços domésticos. Recentemente chegaram os asiáticos para a agricultura intensiva: Índia, Nepal, Bangladesh e Tailândia. Odemira concentra 58% da população estrangeira do distrito de Beja, com os números oficiais em 5.000, mas estima-se que sejam mais próximos de 25.000, com elevado índice de masculinidade. As percentagens de mulheres mais elevadas são entre as búlgaras, ucranianas, brasileiras e moldavas.

---

<sup>34</sup> Rosario Sampedro e Luis Camarero, “Foreign Immigrants in Depopulated Rural Areas: Local Social Services and the Construction of Welcoming Communities”, *Social Inclusion*, 6 (3), 2018, pp. 337-346.

<sup>35</sup> Sergio del Molino, *La España vacía. Viaje por un país que nunca fue*, Madrid, Turner, 2016.

<sup>36</sup> Sandro Teixeira, *Impacto da Imigração na agricultura: o caso do Alentejo. Questionário aos trabalhadores*, 2020. Projeto de investigação “O impacto da imigração no setor agrícola: o caso do Alentejo” (PT/2018/FAMI/352), <https://imigalentejo.wordpress.com/category/pt/>.

<sup>37</sup> Maria Augusta Casaca, “Neste Alentejo há caril e turbantes”, *TSF*, 10/07/2019.

Há problemas de integração, especialmente no que diz respeito à habitação, acesso a serviços de saúde e de educação, à segurança das populações e à mobilidade destes trabalhadores, que dificilmente chegam a ser integrados na sociedade local por terem tempos de permanência muito curtos. Segundo Helena Roseta, estamos a assistir à institucionalização de uma espécie de “campos de refugiados” para trabalhadores agrícolas estrangeiros no Alentejo, com violações grosseiras do direito à habitação consagrado na nossa Constituição e na Lei 83/2019 – Lei de Bases da Habitação<sup>38</sup>.

Algumas associações locais e redes de entidades públicas e privadas criaram postos de apoio aos imigrantes, de iniciativa das câmaras e do Ministério da Administração Interna. Foi o caso da Câmara Municipal de Odemira, que criou uma Comissão Local para a Interculturalidade e um Plano Municipal para delinear estratégias, além de ter aderido à rede de Municípios Amigos da Diversidade e do Imigrante. Organizações como a Rota do Guadiana em Serpa<sup>39</sup> e a Solim, com sede em Lisboa e delegação em Beja<sup>40</sup>, colocam em prática estratégias para ajudar a resolver os principais problemas e desafios, que incluem a barreira linguística, dificuldades de comunicação, dificuldades em apurar números exatos (divergências entre os números de inscritos na segurança social, no centro de saúde e no SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras), desconfiança dos empresários agrícolas, desconfiança dos próprios imigrantes e dos seus intermediários e empresas de contratos temporários que os trazem dos seus países e os colocam nas herdades.

A contribuição dos estrangeiros para a economia nacional não é negligenciável. Segundo dados recentes, “o número de estrangeiros que vivem em Portugal, e está regularizado pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), chega quase a 7% da população” em 30 de setembro de 2020, e em 2019 os “imigrantes contribuíram com 750 milhões de euros para a Segurança Social”<sup>41</sup>.

Entre 2012 e 2017 a superfície de cultivo dos frutos vermelhos foi multiplicada por seis. As estufas onde são cultivados estes frutos já ocupam mais de 1.200ha cobertos de plástico e “ocupam entre 6.000 a 8.000 trabalhadores agrícolas no concelho de Odemira, na sua esmagadora maioria imigrantes”<sup>42</sup>.

---

<sup>38</sup> Helena Roseta, “Os contentores de Odemira”, *Público*, 07/11/2019.

<sup>39</sup> <http://www.rotaguadiana.org/>.

<sup>40</sup> <http://www.solimigrante.org/>.

<sup>41</sup> Joana Gorjão Henriques, “Estrangeiros já são quase 7% da população”, *Público*, 12/11/2020.

<sup>42</sup> Carlos Dias, “Odemira já mal respira sob o plástico das estufas”, *Público*, 17/03/2019.

A paisagem alentejana foi alterada com as estufas de plástico e com o olival intensivo. Esta tendência começou com o plano de rega do Alqueva: a partir de 2010, quando a água chegou a 91% da capacidade total da albufeira, o “maior lago artificial da Europa” começou a regar 120.000ha de terra agrícola. Foi prevista a criação de 20.000 empregos, diretos e indiretos, na agricultura e no turismo. “As primeiras grandes áreas de olival moderno instalados em Alqueva são responsabilidade de investidores espanhóis. Com o tempo os portugueses foram adquirindo conhecimento da nova forma de condução do olival e também investiram em novos olivais, sendo responsáveis por mais de metade do investimento nesta cultura.” Em 2016 o olival intensivo no Alqueva já ocupava 41.000ha e as exportações de azeite já ultrapassavam as importações em 26%, tendo como principais destinos o Brasil, Itália e Espanha<sup>43</sup>.

Sem dúvida que é atraente o facto de o olival superintensivo ter aumentado as exportações. Se o olival tradicional tinha cerca de 200 árvores por hectare e o superintensivo tem entre 1.200 a 2.500, e se o primeiro produz 5.000kg de azeitona e o segundo 25.000kg... Nestas circunstâncias tornou-se mais rentável para os antigos proprietários venderem ou arrendarem as suas terras a empresas espanholas ou portuguesas que realizam investimentos grandiosos neste tipo de cultura e necessitam rentabilizar a maquinaria e a mão-de-obra. Ao fim de mais de dois séculos nas mesmas famílias, e resistindo a mudanças de regime e até a uma reforma agrária<sup>44</sup>, nos últimos anos as terras mudaram de mãos e os descendentes das casas agrícolas mais importantes do Alentejo desistiram quase completamente da atividade. Contudo, para além de alterarem a paisagem, estes novos olivais são regados 24h por dia, todos os dias, mesmo em períodos de seca extrema. Como consequência, a Albufeira do Maranhão, que, como foi referido, irrigou culturas durante 60 anos, desde que rega os olivais intensivos que atinge níveis mínimos<sup>45</sup>. Com períodos de seca prolongada como já se verificam, haverá seguramente uma redução das disponibilidades hídricas, dos caudais e menor recarga dos aquíferos subterrâneos. Além de esgotarem a água, estes olivais estão junto às povoações, poluindo o ambiente com químicos, tanto pelo ar como contaminando as

---

<sup>43</sup> EDIA: Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, S.A., *Anuário Agrícola de Alqueva*, Beja, Direção de Economia da Água e Promoção do Regadio, Departamento de Planeamento e Economia da Água, 2017, [http://regante.edia.pt/SiteAssets/Lists/LibraryList/AllItems/Anuario\\_Agricola\\_Alqueva\\_2017.pdf](http://regante.edia.pt/SiteAssets/Lists/LibraryList/AllItems/Anuario_Agricola_Alqueva_2017.pdf).

<sup>44</sup> Maria Antónia Almeida, “Landlords, Tenants and Agrarian Reform: Local Elites and Regime Transitions in Avis, Portugal, 1778-2011”, *Rural History*, 24 (2), 2013, pp. 127-142.

<sup>45</sup> Maria Antónia Almeida, “The use of rural areas in Portugal: historical perspective and new trends”, *Revista Galega de Economía*, 29 (2), 2020, pp. 1-17.

terras. Usam mão de obra estrangeira, precária e ilegal<sup>46</sup>, em nada contribuindo para a economia local, nem com impostos, nem mesmo com a compra de combustíveis, que vêm diretamente de Espanha. Para culminar, têm feito arranques ilegais de azinheiras<sup>47</sup>.

O poder central não tem dado muita atenção aos fatores que em todos estes casos afetam as populações locais. Entre o aumento das exportações e da produtividade e o bem-estar dos residentes que ainda vivem nos meios rurais, a economia parece sair vitoriosa. É aqui que tem de entrar a ação das autarquias, que têm a obrigação moral e política de defender as suas populações e os seus territórios e de cumprir o que está nos programas políticos dos seus representantes eleitos e nos seus planos diretores municipais.

## **Conclusão**

Apesar da Constituição da República Portuguesa, no seu art. 66º, escrito por Gonçalo Ribeiro Teles, ter consagrado uma política de ambiente bastante avançada para a época, o Estado português ainda não cumpre os deveres que lhe foram incumbidos em 1976, nomeadamente: “1. Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender. 2. Incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e por apelo a iniciativas populares: a) Prevenir e controlar a poluição e os seus efeitos e as formas prejudiciais de erosão; b) Ordenar o espaço territorial de forma a construir paisagens biologicamente equilibradas; (...) d) Promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica. 3. O cidadão ameaçado ou lesado no direito previsto no n.º 1 pode pedir, nos termos da lei, a cessação das causas de violação e a respectiva indemnização.”

E se não o faz em relação ao “ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado”, também não o faz no que diz respeito ao direito à habitação, nem aos direitos dos trabalhadores, que desde o mesmo momento foram consagrados na Constituição.

Estas novas campanhas de monocultura superintensiva com incidência sobre o olival e os frutos vermelhos, assim como as áreas florestais que ardem todos os anos,

---

<sup>46</sup> Nuno Guedes, “‘A Fábrica da Azeitona’. Reportagem TSF num Alentejo a mudar rapidamente”, *TSF*, 08/02/2018.

<sup>47</sup> Carlos Dias, “Mais de um milhar de azinheiras arrancadas para dar lugar a olival intensivo”, *Público*, 30/10/2018.



não têm qualquer orientação do Estado, nem interesse para o país ou para as populações locais. São realizadas por iniciativa privada, com enormes investimentos de fundos internacionais, apenas com o interesse particular em aumentar a produção e as exportações, com o aplauso do Ministro da Agricultura, mas sem qualquer consideração pela qualidade de vida das populações locais, nem pelos direitos dos trabalhadores que nelas participam de forma sazonal, precária e vítimas de tráfico internacional sem respeito pelas leis, nem pela dignidade humana. Podem assim ser muito mais prejudiciais que as campanhas anteriores do século XX, tanto na década de 30 como na de 70, especialmente a nível da erosão dos solos, da poluição, para não falar do agravamento das condições sociais e do despovoamento dos territórios.

A emigração para os centros urbanos e para o estrangeiro deixou os campos abandonados, especialmente no norte do país. Os incêndios podem ser ateados por mão criminosa ou negligência, mas alimentam-se de mato e floresta com espécies não autóctones. O que se encontra atualmente no mundo rural português é uma paisagem monótona onde impera a monocultura industrial, altamente mecanizada, com uso de químicos e baixo uso de mão de obra permanente, logo, sem interesse para as economias locais, nem para o desenvolvimento social. A estrutura social foi transformada com o despovoamento, com a precarização das estruturas regionais e com a perda de importância da atividade agrícola para as populações residentes, o que diminuiu a sua importância social e política e desvaloriza o património local.

O poder local pede maior autonomia e descentralização, o que implica uma maior responsabilização sobre o que se produz e sobre as ações das empresas e dos cidadãos intervenientes nos seus municípios. Ao permitirem a alteração da paisagem, as autarquias estão a perder o seu maior trunfo: o património que venderam aos seus eleitores e aos consumidores, turistas e novos residentes que tentam desesperadamente atrair. Mesmo num regime de propriedade privada na qual os proprietários são livres de agir conforme lhes é mais conveniente do ponto de vista económico, e tendo em conta que os subsídios europeus são dados pela produtividade, o interesse das populações, em particular a saúde, a segurança e as escolhas das melhores opções para a qualidade de vida e para as oportunidades de emprego com contratos e direitos sociais, devem ser vigiados e supervisionados pelos municípios.

A proximidade das juntas de freguesia e das câmaras permitem a deteção de irregularidades e a respetiva denúncia é uma obrigação cívica e moral dos

representantes eleitos. Igualmente as decisões e políticas públicas têm de ser apoiadas na ciência e nos especialistas, tanto nas áreas da agronomia e da engenharia florestal, como nas ciências sociais que também devem ser chamadas para dar o seu contributo para as soluções de combate ao despovoamento, à atração de população qualificada aos territórios desprotegidos e à gestão dos mesmos, assim como à criação de melhores condições de vida aos resistentes que ainda continuam a viver no meio rural.

O único meio de transformar esta realidade é a conversão da agricultura num novo modelo mais sustentável que proporcione trabalho permanente para as populações locais, contribuindo assim para a fixação de trabalhadores e das suas famílias. E para o povoamento a longo prazo desses territórios. Alguns empresários agrícolas ainda tentam manter as suas explorações de forma tradicional. Outros converteram as suas herdades em locais de diversificação de culturas, combinando a agro-silvo-pastorícia. A conjugação de árvores, animais e colheitas pode aumentar a produção de comida, além de enriquecer o solo, aumentar a biodiversidade e absorver o dióxido de carbono da atmosfera.

Este seria um caminho para ultrapassar a nossa dependência da venda de recursos naturais aos estrangeiros. Contudo, muito poucos proprietários reúnem condições ou vontade para realizar esta conversão. Continuamos assim com a enorme contradição entre uma propaganda irrealista de um mundo rural que os urbanos gostariam de consumir, com o respetivo património, gastronomia e ambiente despoluído, e uma paisagem adulterada que cada vez mais vai deixar de corresponder a essas expectativas. Além de já ter um ambiente contaminado com as culturas realizadas, uma ineficiente gestão da água, insegurança, comunicações deficientes e uma qualidade de vida inaceitável para as populações. Essa contradição verifica-se também ao nível dos programas do poder local e do governo central, cuja concretização das políticas públicas nunca chega a ser posta em prática, especialmente nos quatro anos de legislatura, que nunca são suficientes. A própria justiça reconhece a ineficácia das políticas públicas do Estado Português: o Tribunal de Contas declarou que o “Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação” acentuou os riscos, “não tem uma verdadeira natureza de programa ou de plano de ação” e falta-lhe “operacionalização”<sup>48</sup>.

---

<sup>48</sup> Carla Tomás, “Programa de Combate à Desertificação ‘não tem eficácia’, acusa Tribunal de Contas”, *Expresso*, 03/09/2019.

O despovoamento rural é irreversível. E agora talvez também a desertificação dos solos já o seja. Mas as populações que ainda vivem no interior também merecem o acesso aos serviços e à qualidade de vida dos outros cidadãos, direitos que lhes estão atribuídos na Constituição da República Portuguesa. A realidade dos incêndios e a discussão sobre as monoculturas intensivas acenderam algum interesse do discurso político sobre o mundo rural, mas a nível das inspeções e da correção das situações descritas ainda existe um grande trabalho legislativo e no terreno por realizar. Sobretudo é necessária uma mudança cultural e das mentalidades, que torne atraente a possibilidade de investimentos em meio rural, mas em empresas que criem empregos permanentes e qualificados, e sobretudo num modelo de agricultura e floresta mais adequado ao clima mediterrânico e a recursos hídricos cada vez mais escassos.